

Maria Helena Guedes de Lima, secretária do quadro de pessoal do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8825/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado José Alexandre Fernandes Rodrigues, do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, em regime de contrato individual de trabalho no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), para exercer, em comissão de serviço, as funções de chefe do meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8826/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de destacamento, a assessora principal da carreira de jurista licenciada Maria Manuela Pereira Rodrigues Moreira Ramos, do quadro do pessoal da Auditoria Jurídica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para desempenhar funções de assessoria de grande complexidade técnica, designadamente no âmbito de análise, propostas de solução e elaboração de diplomas tendo em vista a racionalização dos serviços sob a minha tutela, bem como da revisão e simplificação dos seus procedimentos.

2 — A nomeada terá direito a receber mensalmente o valor correspondente à diferença entre o vencimento da sua categoria e o vencimento de um cargo de direcção superior de 1.º grau, acrescidas das despesas de representação estabelecidas para adjunto do Gabinete, subsídios de férias e de Natal, sendo estas diferenças suportadas pelas verbas do meu Gabinete.

3 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

4 — A nomeada terá ainda direito, quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro, aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para o índice em que está integrada na função pública.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8827/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Fátima Maria dos Santos Pereira da Silva para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8828/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 7.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de destacamento, a técnica de informática Ana Teresa Alves Gaspar, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, em regime de contrato individual de trabalho, para prestar funções de apoio ao meu Gabinete no exercício de funções técnicas do âmbito da sua especialidade, sendo suportado pelas verbas do meu Gabinete o valor mensal correspondente às despesas de representação estabelecidas para o cargo de adjunto de gabinete, bem como a diferença entre o vencimento relativo à sua categoria e o de adjunto de gabinete, incluindo subsídios de férias e de Natal.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — A nomeada terá ainda direito, quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro, aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os servidores do Estado com a categoria correspondente ao índice 710 da tabela salarial do novo sistema retributivo (NSR) da função pública.

21 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8829/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a assessora principal Maria Cristina Marques Rosa

Magina, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, para exercer, em comissão de serviço, as funções de adjunta do meu Gabinete.

24 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8830/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Laura Maria Mendes Rosa, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para exercer, em comissão de serviço, as funções de secretária pessoal do meu Gabinete.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Despacho n.º 8831/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino que seja requisitada para o meu Gabinete a assistente administrativa Sandra Cristina Baltazar do quadro de pessoal do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, S. A.

1 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 8832/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o inspector-adjunto de Ambiente António Henrique Figueiredo, para o efeito requisitado à Inspecção-Geral do Ambiente, para prestar colaboração no meu Gabinete na área da sua especialização.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de adjunto do Gabinete, bem como as despesas de representação.

4 — O nomeado tem direito, quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do Gabinete.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8833/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Maria do Rosário Morgado Tomás, para o efeito requisitada ao Instituto do Ambiente.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8834/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada em Direito Catarina Henriques de Barros Nobre Ferreira para, no âmbito do meu Gabinete, prestar assessoria técnica na área da sua especialidade.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — A nomeada auferirá a remuneração mensal ilíquida de € 1610 mais a quantia correspondente ao abono de representação previsto para o lugar de adjunto do Gabinete, acrescida de IVA à taxa legal.

4 — A ora nomeada tem direito quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do Gabinete.

5 — O montante referido no n.º 3 é automaticamente actualizado na mesma percentagem da actualização salarial da função pública.

6 — Ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a nomeada autorizada a exercer as actividades compreendidas na respectiva área profissional, respeitados os limites previstos na alínea b) do n.º 2 do referido artigo 3.º

7 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8835/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Joaquim Augusto Tenera para exercer funções de apoio administrativo e de motorista no meu Gabinete.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — O nomeado auferirá a remuneração mensal líquida de € 1250, actualizável em função dos aumentos determinados para a função pública, acrescida dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8836/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Pedro Miguel Graça Moreira para, no âmbito do meu Gabinete, exercer funções de motorista.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, prorrogável por períodos idênticos, sendo contudo revogável a todo o tempo.

3 — O nomeado auferirá a remuneração mensal líquida de € 1250, actualizável em função dos aumentos determinados para a função pública, acrescida dos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8837/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais de Jorge Manuel Alves Nogueira para exercer funções de motorista no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8838/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria Odete Moreira Gomes, auxiliar técnica do quadro de pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, para exercer funções no meu Gabinete.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8839/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para prestar apoio administrativo ao meu Gabinete Rosa Maria, assistente administrativa principal, para o efeito destacada à Secretaria-Geral deste Ministério.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 8840/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Maria Fernanda de Jesus Amaral, para o efeito requisitada à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4310/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foram distribuídas e que se encontram afixadas, para consulta,

as listas de antiguidade do quadro de pessoal da Secretaria-Geral e do quadro especial transitório criado junto da mesma, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, relativas ao ano de 2004.

O prazo para reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, conforme estabelece o n.º 1 do artigo 96.º do referido diploma legal.

29 de Março de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Louvor n.º 1144/2005. — Tendo o licenciado Carlos Alberto dos Santos Gonçalves falecido no passado dia 5 de Fevereiro de 2005, não posso deixar de, publicamente, a título póstumo, reconhecer a sua lealdade, dedicação e elevada competência profissional, bem como as excepcionais qualidades humanas, reconhecidas por todos quantos com ele privaram, no desempenho das suas funções, quer no cargo de chefe de divisão de formação profissional desta Secretaria-Geral quer no de presidente do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural do MADRP.

28 de Março de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Louvor (extracto) n.º 1145/2005. — Tendo o funcionário José Francisco Patrício Correia sido nomeado o funcionário do ano de 2003 desta Direcção-Geral, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação e a elevada competência profissional sempre demonstradas no desempenho das tarefas que lhe são confiadas.

Considerando que a atribuição desta distinção poderá servir de exemplo e de incentivo a outros funcionários da Administração Pública, entendo que este testemunho de louvor deve ser tornado público.

18 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *António Magro Tomé*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 8841/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 1 de Abril de 2005:

Licenciada Maria Amélia Pinto Jacinto Miguez — nomeada, nos termos conjugados do disposto nos artigos 20.º, n.º 1, 21.º, n.º 3, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, para o exercício do cargo de chefe de divisão dos Recursos Internos [artigo 12.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 14/2004, de 13 de Janeiro], com efeitos desde 24 de Março de 2005.

1 de Abril de 2005. — A Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Fernanda Guia*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 8842/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2005 do subdirector-geral dos Recursos Florestais, no uso da competência delegada:

Rui Manuel da Costa Bernardo — nomeado na categoria de técnico de 2.ª classe, da carreira de engenheiro técnico agrário.

Luís Carlos Pereira Vieira — nomeado na categoria de guarda florestal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral das Florestas.

Em consequência de processo de reclassificação, ficando posicionados, respectivamente, no escalão 1, índice 295, e escalão 1, índice 245, do sistema remuneratório.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Despacho n.º 8843/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2005 do subdirector-geral dos Recursos Florestais, no uso da competência delegada:

Luís Fernando de Matos Caparica e Pedro Jorge Machado Capa — nomeados na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral das Florestas, em consequência de processo de reclassifi-